

Síntese do Encontro

I ENCONTRO PRÓ-ALFABETIZAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL
GTPA/DF - GRUPO DE TRABALHO PRÓ-ALFABETIZAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL
BRASÍLIA-DF, 16, 17 E 18 DE FEVEREIRO DE 1990
AUDITÓRIO DA FACULDADE DE TECNOLOGIA DA UnB.

O Grupo de trabalho Pró-Alfabetização do Distrito Federal GTPA/DF resultou da iniciativa de representantes da Fundação Educar, Universidade de Brasília e Secretaria de Educação/Fundação Educacional do Distrito Federal com o objetivo de, à luz dos dispositivos constitucionais e das experiências existentes, discutir e formular um Programa de Ação, no âmbito do Distrito Federal, com vistas ao Ano Internacional da Alfabetização - 1990.

Por entender que o problema do analfabetismo deve ser objeto da ação conjunta Governo/Sociedade Civil, o Grupo ampliou-se progressivamente com a participação de pessoas ligadas a diferentes organizações (governamentais, não governamentais, sindicais, empresariais, populares, estudantis), também comprometidas na prática com alfabetização de crianças, jovens e adultos no Distrito Federal. Em 20 de outubro de 1989 constituiu-se o GTPA/DF como grupo autônomo e aberto, reconhecido como "convidado permanente" na Comissão Nacional do Ano Internacional da alfabetização (CNAIA/90).

O GTPA/DF, de imediato, propôs a realização deste Encontro como desencadeador de um processo de mobilização no Distrito Federal sobre a alfabetização de crianças, jovens e adultos, demonstrando na prática o cumprimento integral dos objetivos previstos, ou sejam:

1. Informar à comunidade do Distrito Federal sobre os motivos da instituição do ano de 1990, pela UNESCO, como Ano Internacional da Alfabetização.
2. Buscar a participação integrada de Entidades da Sociedade Civil e Governo na questão da alfabetização.
3. Mobilizar pessoas e Instituições para um engajamento efetivo na problemática da erradicação do analfabetismo do DF.
4. Coletar elementos para configuração de um plano de trabalho, com vistas ao desencadeamento de ações a partir de 1990.

I ENCONTRO PRÓ-ALFABETIZAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL

Com cerca de 300 participantes, é significativo registrar que estes representavam 57 entidades entre instituições governamentais, organizações não governamentais, nacionais e estrangeiras, empresas, sindicatos, organizações populares, organizações estudantis de 2º e 3º graus, movimentos sociais, abrangendo Plano Piloto, Ceilândia, Guará, Cruzeiro, Taguatinga, Sobradinho, Gama, Planaltina, Núcleo Bandeirante, Paranoá, Samambaia e região do entorno.

As atividades programadas neste Encontro contemplaram conferência e painéis, que alimentaram debates e propostas nos grupos de trabalho e plenárias. Contribuíram para as reflexões:

- a conferência do Prof. Sérgio Haddad, Secretário Geral do CEDI, sobre o Ano Internacional da Alfabetização/90;
- o painel sobre "A realidade do analfabetismo do DF", composto pelas professoras Carmem Moreira de Castro de Neves e Nilcéa Lopes Lima dos Santos, técnicas da Fundação Educar;
- a palestra do Professor Venício Arthur de Lima da Universidade de Brasília, sobre "Os meios de comunicação e o preconceito contra o analfabetismo", e o painel sobre o mesmo tema que contou com a contribuição do Presidente do Sindicato dos Radialistas, Francisco Pereira, e da Professora Laura Maria Coutinho;
- o painel sobre "A contribuição da Sociedade Civil na erradicação do analfabetismo", composto por Benício Tavares (Presidente da Associação dos Deficientes Físicos de Brasília), Norberto Chemim (Serviço Paz e Justiça), Valéria Oliveira (Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos), Daurinéia Gonçalves Rezende (Comissão do Projeto de Alfabetização de Jovens e Adultos de Sobradinho) e Francisca Nicácio Moreira (Centro de Cultura e Desenvolvimento do Paranoá - CEDEP).

Como resultado dos grupos de trabalho, nos quais os participantes do Encontro empenharam-se de forma bastante

comprometida, foram apresentadas propostas sob as quais se pronunciaram formalmente: Senador Pompeu de Souza, representante da Comissão do DF no Senado Federal, Professor Antonio Ibañez Ruiz, Reitor da Universidade de Brasília, Professora Rosina Barreto França, Coordenadora Adjunta da Fundação Educar/DF, Professora Cordélia Marra, Diretora de Ensino do 1º grau da FEDF, Professor Jorge Luiz, Diretor do Sindicato de Professores do DF - SINPRO.

PROPOSTAS FINAIS

Viabilização política de erradicação do analfabetismo no Distrito Federal

No que se refere:

- 1- Ao papel da Sociedade e do Estado;
- 2- Ao papel da Universidade e dos sindicatos;
- 3- À atuação dos Parlamentares;
- 4- Aos recursos financeiros;
- 5- Ao estudo conceitual de alfabetização;
- 6- Ao dimensionamento da questão do analfabetismo;
- 7- À formação do alfabetizador (Escolas Normais/2º e 3º graus);
- 8- À ação do sistema oficial de ensino (FEDF);
- 9- À organização da ação.

1º - Ao papel da Sociedade e do Estado

- Alfabetização de crianças, jovens e adultos, enquanto democratização do ensino será resultante da participação da sociedade organizada, que para tal deve ser conscientizada, adquirindo força para exigir o que é seu direito.
- Alfabetização é obrigação constitucional do Estado, que deve ser pressionado no cumprimento da erradicação do analfabetismo em 10 anos (Art. 60 - Disposições Transitórias), através de conselhos representativos, emendas populares e outras formas de organização da sociedade.

- Vigilância às propostas privatizantes do governo que se instala e cobrar do Estado o compromisso com a educação pública.
- Conhecimento e interferência nas políticas educacionais a nível federal, estadual e municipal para que haja uma maior explicitação e disseminação dessas políticas, de forma a garantir sua continuidade, e dos programas que demonstrem resultados consequentes na área da alfabetização.

2º - Ao papel da Universidade e do Sindicato

- Investimento maior por parte das Universidades no processo educativo, através de pesquisas e projetos em conjunto com a comunidade, direcionando mais para o aspecto da alfabetização.
- Compreensão por parte dos sindicalizados que, o sindicato não é só a direção, somos todos nós para reivindicar e pressionar o Estado.
- Necessidade de maior cobrança ao sindicato no sentido de que também sejam relevantes os problemas pedagógicos; e que os professores devem levar este problema às regionais.

3º - A atuação dos parlamentares

- Comprometimento expressivo dos parlamentares nas questões referentes à educação.
- Regulamentação, por lei, da responsabilidade que as empresas devem assumir quanto à alfabetização de seus funcionários e familiares.

4º - Aos recursos financeiros

- Cobrança dos recursos financeiros constitucionalmente garantidos para educação pública, de forma a viabilizar o processo de alfabetização do país, e exigir a transparência da aplicação dos re

cursos públicos.

- Distribuição de verbas para a educação com maior comprometimento do Ministério da Educação, Secretaria de Educação e órgãos do governo ligados à educação.
- Reivindicação de apoio financeiro e compromisso político de empresas privadas e órgãos públicos para realização dos trabalhos de alfabetização.

5º - Ao estudo conceitual de alfabetização

- Necessidade de que o conceito e o processo de alfabetização sejam discutidos e compreendidos por todos que estão envolvidos neste processo.
- Realização de estudos sobre o conceito de alfabetização, uma vez que o mesmo, vai além da apropriação dos códigos de leitura e escrita, relacionando-se também com a compreensão política que as pessoas têm do mundo que a cerca e das relações de trabalho que as oprimem.
- Necessidade de aprofundamento das implicações sócio-econômico-político e culturais do analfabeto enquanto eleitor.

6º - Ao dimensionamento da questão do analfabetismo

- Elaboração de um levantamento de dados que identifiquem quem são e onde estão os analfabetos no DF e entorno.
- Levantamento do número de analfabetos nas empresas, nos órgãos públicos e de servidores públicos.
- Levantamento na escola, de forma sistemática, através das fichas de matrículas de alunos para verificação do número de pais analfabetos.
- Identificação e integração das entidades públicas e da sociedade

I ENCONTRO PRÓ-ALFABETIZAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL

civil no sentido de se ter dados reais, efetivos e consonantes com a realidade do Centro-Oeste do País.

- Elaboração e viabilização, diante do quadro do número de anal^{al}fabetos, de propostas de alfabetização no DF.

7º - A formação do alfabetizador

- Compromisso fundamental na capacitação do alfabetizador por parte das instituições de ensino formal, da Fundação Educacio^onal, da Universidade, dos sindicatos, bem como de entidades interessadas.
- Organização das entidades para elaborar projetos que garantam financiamento e a continuidade de ações, permitindo um traba^lho de orientação teórico metodológica para atualizar e aper^{fe}çoar profissionais de educação na alfabetização.
- Profissionalização do alfabetizador deverá considerar a sua preparação para o trabalho com crianças, jovens e adultos.
- Reciclagem dos professores que trabalham com cursos de forma^ção de professores. A evasão dos alunos muitas vezes está re^lacionada a esta falta de capacitação.
- Reestruturação dos currículos de formação de magistério para séries iniciais de 1º grau, com ênfase na alfabetização de cri^{an}ças, jovens e adultos e sua adequação à realidade, objeti^{va}vando maior capacitação do normalista.
- Reorientação do 2º e 3º graus, para formação linguística apli^{ca}dada à alfabetização (fonética/fonologia, ortografia, morfolo^{gi}gia, e outros conhecimentos sobre a língua portuguesa).

8º - A ação do sistema oficial de ensino

- Redefinição da proposta pedagógica da educação de jovens e a^a

I ENCONTRO PRÓ-ALFABETIZAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL

dultos.

- Participação direta dos professores e comunidade na elaboração de planos e definição de metas.
- Inclusão, nos concursos públicos, de testes de aptidão para o exercício da atividade do magistério no nível de 1ª a 4ª série.
- Desenvolvimento de uma política de valorização do professor alfabetizador através: da extensão a todos os professores alfabetizadores, do horário existente nos Centros de Alfabetização e Escola de aplicação; do estabelecimento de incentivos específicos no Plano de Cargos e Salários; do estabelecimento de critérios e exigências mais profissionais no encaminhamento de professores para as classes de alfabetização.
- Integração entre o órgão executor do ensino no DF, professores, alunos, comunidade e outras entidades no processo educacional.
- Reconhecimento, engajamento e comprometimento com as iniciativas de alfabetização desenvolvidas por movimentos populares.
- Adoção de uma política de recursos humanos que contemple a possibilidade de escolaridade básica, de todos os seus servidores.
- Revisão dos procedimentos meramente administrativos, de forma a não comprometer os aspectos pedagógicos.

9º - A organização da ação

- Criação, nas escolas, de grupos de estudo, envolvendo diretor, professores, funcionários e comunidade em geral, com vistas ao debate, à análise e busca de soluções para os problemas da própria comunidade; no que se refere à alfabetização.
- Criação de grupos de trabalho nas cidades satélites para conhe

I ENCONTRO PRÓ-ALFABETIZAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL

cimento e enfrentamento da questão do analfabetismo na localidade.

- Promoção de exposições, debates, encontros para denúncia, estudo e aprofundamento da questão do analfabetismo no DF.
- Inserção dos sindicatos nos debates referentes à alfabetização.
- Pressão junto aos parlamentares nas questões relativas à educação, tendo em vista a Constituinte do DF.
- Utilização dos meios de comunicação para divulgação do problema do analfabetismo e das propostas de solução.
- Formulação de um projeto que envolva toda a sociedade.
- Criação de cursos específicos para preparação de alfabetizadores de jovens e adultos.
- Priorização efetiva e concreta da educação.
- Viabilização das propostas apresentadas no I Encontro Pró-Alfabetização no DF.

Apreciando as propostas finais deste Iº ENCONTRO PRÓ-ALFABETIZAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL, o GTPA/DF as compreende no contexto de um esforço inicial fruto da ação conjunta do governo/sociedade civil, objetivando a erradicação do analfabetismo na capital do Brasil, neste Ano Internacional da Alfabetização.

Identificando a necessidade de aprofundamento e amadurecimento das referidas propostas, o GTPA/DF, reafirmando seu caráter de grupo autônomo e aberto, espera continuar recebendo o apoio dos participantes deste Iº ENCONTRO, assim como novas contribuições na consolidação e implementação de ATOS e FATOS pró-alfabetização do Distrito Federal.

GIPA/DF - Telefones para contatos:

UnB - Decanato de Extensão - 272.0194
Faculdade de Educação - 273.5334
Fundação Educar/DF - 273.9090
Fundação Educacional do DF - 274.3762
Sindicato dos Professores do DF - 321.5678

No Distrito Federal as crianças
expulsas da escola ontem
são os jovens e adultos analfabetos hoje!

ESTEJA LIGADO:

28/março - Dia Nacional de Mobilização pela Alfabetização
(iniciativa do GETA - SP)

19, 20 e 21/abril - Congresso Brasileiro de Alfabetização
(promoção da Prefeitura de São Paulo/GETA-SP)

21/abril - Dia Nacional de Mobilização pela Alfabetização
(iniciativa da Comissão Nacional - AIA/90)

I ENCONTRO PRÓ-ALFABETIZAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL

ENTIDADES PRESENTES:

1. ORGANIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS

- CENDER MEC - CENTRO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
- FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL - CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL / SOBRA DINHO
- FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL
- FUNDAÇÃO EDUCAR
- FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL
- INCRA: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
- TELEBRÁS - TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S/A
- TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL
- UnB - UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
- UNICAMP - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS/SP

2. ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

- AÇÃO CRISTÃ PRÓ-GENTE
- ASSOCIAÇÃO PROJETO CRIANÇA/CEILÂNDIA
- CEDEP - CENTRO DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO DO PARANOÁ
- CENTRO COMUNITÁRIO SÃO VICENTE DE PAULO
- CENTRO DE CULTURA E INFORMAÇÃO - CEILÂNDIA
- CENTRO DE EDUCAÇÃO PAULO FREIRE DE CEILÂNDIA
- CENTRO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIRO
- CENTRO ESPÍRITA FRATERNIDADE JERÔNIMO CANDINHO
- FUNDAÇÃO CIDADE DA PAZ
- INSTITUTO D'ORIONE
- MEB - MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE
- SERPAJ - SERVIÇO DE PAZ E JUSTIÇA
- VISÃO MUNDIAL

3. ORGANIZAÇÕES SINDICAIS, POPULARES, ESTUDANTIS

- AMPARE - ASSOCIAÇÃO DE MÃES, PROTETORES E AMIGOS PARA RECUPERAÇÃO DE EXCEPCIONAIS
- ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO CAATINGUEIRO
- ASSOCIAÇÃO DE PAIS DA CEILÂNDIA NORTE
- ASSOCIAÇÃO DOS APOSENTADOS DE CEILÂNDIA
- ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES FÍSICOS DE BRASÍLIA
- ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE PROCESSAMENTO DE DADOS
- ASSOCIAÇÃO PRÓ-DOWN
- CENTRO ACADÊMICO DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UnB
- CENTRO ACADÊMICO DA UPIS
- COMISSÃO DO PROJETO DE ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DE SOBRA DINHO
- FASSINCRA - FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AOS SERVIDORES DO INCRA
- GLEL - GRÊMIO LIVRE EDSON LUÍS / GAMA
- PASTORAL DA JUVENTUDE
- PROJETO JUVENTUDE / IGREJA CATÓLICA / GAMA
- PROJETO PARANOÁ / ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS
- SINDICATO DOS RADIALISTAS DO DF
- SINPRO - SINDICATO DOS PROFESSORES DO DISTRITO FEDERAL
- UMESB - UNIÃO METROPOLITANA DE ESTUDANTES SECUNDARISTAS DE BRASÍLIA
- UNDIME: UNIÃO NACIONAL DE DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO
- UNIÃO DA JUVENTUDE SOCIALISTA

4. MOVIMENTOS SOCIAIS

- CÍRCULO DE CULTURA DO GAMA
- MOVIMENTO NACIONAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
- MOVIMENTO PAULO FREIRE - GAMA
- REDE MULHER

5. EMPRESAS

- CENTRO EDUCACIONAL JOÃO WESLEY
- CEUB - CENTRO DE ENSINO UNIFICADO DE BRASÍLIA

I ENCONTRO PRÓ-ALFABETIZAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL

- COLÉGIO AGRÍCOLA DE SOBRADINHO
- COLÉGIO MARISTA
- ESCOLA PAROQUIAL SANTO ANTÔNIO
- ESCOLA TURMA DA MÔNICA S/A
- FACULDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA
- FUNDAÇÃO BRADESCO
- INEI - INSTITUTO DE EDUCAÇÃO INTEGRAL
- INSTITUTO OLHOS ISRAEL PINHEIRO / CEUB
- JARDIM DE INFÂNCIA PITUCHINHA

Com cerca de 300 participantes, é significativo registrar que estes representavam 57 entidades entre instituições governamentais, organizações não governamentais, nacionais e estrangeiras, empresas, sindicatos, organizações populares, organizações estudantis de 2º e 3º graus, movimentos sociais, abrangendo Plano Piloto, Ceilândia, Guará, Cruzeiro, Taguatinga, Sobradinho, Gama, Planaltina, Núcleo Bandeirante, Paranoá, Samambaia e região do entorno.

As atividades programadas neste Encontro contemplaram conferência e painéis, que alimentaram debates e propostas nos grupos de trabalho e plenárias. Contribuíram para as reflexões:

- a conferência do Prof. Sérgio Haddad, Secretário Geral do CEDI, sobre o Ano Internacional da Alfabetização/90;
- o painel sobre "A realidade do analfabetismo do DF", composto pelas professoras Carmem Moreira de Castro de Neves e Nilcéa Lopes Lima dos Santos, técnicas da Fundação Educar;
- a palestra do Professor Venício Arthur de Lima da Universidade de Brasília, sobre "Os meios de comunicação e o preconceito contra o analfabetismo", e o painel sobre o mesmo tema que contou com a contribuição do Presidente do Sindicato dos Radialistas, Francisco Pereira, e da Professora Laura Maria Coutinho;
- o painel sobre "A contribuição da Sociedade Civil na erradicação do analfabetismo", composto por Benício Tavares (Presidente da Associação dos Deficientes Físicos de Brasília), Norberto Chemim (Serviço Paz e Justiça), Valéria Oliveira (Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos), Daurinéia Gonçalves Rezende (Comissão do Projeto de Alfabetização de Jovens e Adultos de Sobradinho) e Francisca Nicásio Moreira (Centro de Cultura e Desenvolvimento do Paranoá - CEDEP).

Como resultado dos grupos de trabalho, nos quais os participantes do Encontro empenharam-se de forma bastante

comprometida, foram apresentadas propostas sob as quais se pronunciaram formalmente: Senador Pompeu de Souza, representante da Comissão do DF no Senado Federal, Professor Antonio Ibañez Ruiz, Reitor da Universidade de Brasília, Professora Rosina Barreto França, Coordenadora Adjunta da Fundação Educar/DF, Professora Cordélia Marra, Diretora de Ensino do 1º grau da FEDF, Professor Jorge Luiz, Diretor do Sindicato de Professores do DF - SINPRO.

PROPOSTAS FINAIS

Viabilização política de erradicação do analfabetismo no Distrito Federal

No que se refere:

- 1- Ao papel da Sociedade e do Estado;
- 2- Ao papel da Universidade e dos sindicatos;
- 3- À atuação dos Parlamentares;
- 4- Aos recursos financeiros;
- 5- Ao estudo conceitual de alfabetização;
- 6- Ao dimensionamento da questão do analfabetismo;
- 7- À formação do alfabetizador (Escolas Normais/2º e 3º graus);
- 8- À ação do sistema oficial de ensino (FEDF);
- 9- À organização da ação.

1º - Ao papel da Sociedade e do Estado

- Alfabetização de crianças, jovens e adultos, enquanto democratização do ensino será resultante da participação da sociedade organizada, que para tal deve ser conscientizada, adquirindo força para exigir o que é seu direito.
- Alfabetização é obrigação constitucional do Estado, que deve ser pressionado no cumprimento da erradicação do analfabetismo em 10 anos (Art. 60 - Disposições Transitórias), através de conselhos representativos, emendas populares e outras formas de organização da sociedade.

- Vigilância às propostas privatizantes do governo que se instala e cobrar do Estado o compromisso com a educação pública.
- Conhecimento e interferência nas políticas educacionais a nível federal, estadual e municipal para que haja uma maior explicitação e disseminação dessas políticas, de forma a garantir sua continuidade, e dos programas que demonstrem resultados consequentes na área da alfabetização.

2º - Ao papel da Universidade e do Sindicato

- Investimento maior por parte das Universidades no processo educativo, através de pesquisas e projetos em conjunto com a comunidade, direcionando mais para o aspecto da alfabetização.
- Compreensão por parte dos sindicalizados que, o sindicato não é só a direção, somos todos nós para reivindicar e pressionar o Estado.
- Necessidade de maior cobrança ao sindicato no sentido de que também sejam relevantes os problemas pedagógicos; e que os professores devem levar este problema às regionais.

3º - A atuação dos parlamentares

- Comprometimento expressivo dos parlamentares nas questões referentes à educação.
- Regulamentação, por lei, da responsabilidade que as empresas devem assumir quanto à alfabetização de seus funcionários e familiares.

4º - Aos recursos financeiros

- Cobrança dos recursos financeiros constitucionalmente garantidos para educação pública, de forma a viabilizar o processo de alfabetização do país, e exigir a transparência da aplicação dos re

cursos públicos.

- Distribuição de verbas para a educação com maior comprometimento do Ministério da Educação, Secretaria de Educação e órgãos do governo ligados à educação.
- Reivindicação de apoio financeiro e compromisso político de empresas privadas e órgãos públicos para realização dos trabalhos de alfabetização.

5º - Ao estudo conceitual de alfabetização

- Necessidade de que o conceito e o processo de alfabetização sejam discutidos e compreendidos por todos que estão envolvidos neste processo.
- Realização de estudos sobre o conceito de alfabetização, uma vez que o mesmo, vai além da apropriação dos códigos de leitura e escrita, relacionando-se também com a compreensão política que as pessoas têm do mundo que a cerca e das relações de trabalho que as oprimem.
- Necessidade de aprofundamento das implicações sócio-econômico-político e culturais do analfabeto enquanto eleitor.

6º - Ao dimensionamento da questão do analfabetismo

- Elaboração de um levantamento de dados que identifiquem quem são e onde estão os analfabetos no DF e entorno.
- Levantamento do número de analfabetos nas empresas, nos órgãos públicos e de servidores públicos.
- Levantamento na escola, de forma sistemática, através das fichas de matrículas de alunos para verificação do número de pais analfabetos.
- Identificação e integração das entidades públicas e da sociedade

cursos públicos.

- Distribuição de verbas para a educação com maior comprometimento do Ministério da Educação, Secretaria de Educação e órgãos do governo ligados à educação.
- Reivindicação de apoio financeiro e compromisso político de empresas privadas e órgãos públicos para realização dos trabalhos de alfabetização.

5º - Ao estudo conceitual de alfabetização

- Necessidade de que o conceito e o processo de alfabetização sejam discutidos e compreendidos por todos que estão envolvidos neste processo.
- Realização de estudos sobre o conceito de alfabetização, uma vez que o mesmo, vai além da apropriação dos códigos de leitura e escrita, relacionando-se também com a compreensão política que as pessoas têm do mundo que a cerca e das relações de trabalho que as oprimem.
- Necessidade de aprofundamento das implicações sócio-econômico-político e culturais do analfabeto enquanto eleitor.

6º - Ao dimensionamento da questão do analfabetismo

- Elaboração de um levantamento de dados que identifiquem quem são e onde estão os analfabetos no DF e entorno.
- Levantamento do número de analfabetos nas empresas, nos órgãos públicos e de servidores públicos.
- Levantamento na escola, de forma sistemática, através das fichas de matrículas de alunos para verificação do número de pais analfabetos.
- Identificação e integração das entidades públicas e da sociedade

civil no sentido de se ter dados reais, efetivos e consonantes com a realidade do Centro-Oeste do País.

- Elaboração e viabilização, diante do quadro do número de analfabetos, de propostas de alfabetização no DF.

7º - A formação do alfabetizador

- Compromisso fundamental na capacitação do alfabetizador por parte das instituições de ensino formal, da Fundação Educacional, da Universidade, dos sindicatos, bem como de entidades interessadas.
- Organização das entidades para elaborar projetos que garantam financiamento e a continuidade de ações, permitindo um trabalho de orientação teórico metodológica para atualizar e aperfeiçoar profissionais de educação na alfabetização.
- Profissionalização do alfabetizador deverá considerar a sua preparação para o trabalho com crianças, jovens e adultos.
- Reciclagem dos professores que trabalham com cursos de formação de professores. A evasão dos alunos muitas vezes está relacionada a esta falta de capacitação.
- Reestruturação dos currículos de formação de magistério para séries iniciais de 1º grau, com ênfase na alfabetização de crianças, jovens e adultos e sua adequação à realidade, objetivando maior capacitação do normalista.
- Reorientação do 2º e 3º graus, para formação linguística aplicada à alfabetização (fonética/fonologia, ortografia, morfologia, e outros conhecimentos sobre a língua portuguesa).

8º - A ação do sistema oficial de ensino

- Redefinição da proposta pedagógica da educação de jovens e a

dultos.

- Participação direta dos professores e comunidade na elaboração de planos e definição de metas.
- Inclusão, nos concursos públicos, de testes de aptidão para o exercício da atividade do magistério no nível de 1ª a 4ª série.
- Desenvolvimento de uma política de valorização do professor alfabetizador através: da extensão a todos os professores alfabetizadores, do horário existente nos Centros de Alfabetização e Escola de aplicação; do estabelecimento de incentivos específicos no Plano de Cargos e Salários; do estabelecimento de critérios e exigências mais profissionais no encaminhamento de professores para as classes de alfabetização.
- Integração entre o órgão executor do ensino no DF, professores, alunos, comunidade e outras entidades no processo educacional.
- Reconhecimento, engajamento e comprometimento com as iniciativas de alfabetização desenvolvidas por movimentos populares.
- Adoção de uma política de recursos humanos que contemple a possibilidade de escolaridade básica, de todos os seus servidores.
- Revisão dos procedimentos meramente administrativos, de forma a não comprometer os aspectos pedagógicos.

9º - A organização da ação

- Criação, nas escolas, de grupos de estudo, envolvendo diretor, professores, funcionários e comunidade em geral, com vistas ao debate, à análise e busca de soluções para os problemas da própria comunidade; no que se refere à alfabetização.
- Criação de grupos de trabalho nas cidades satélites para conhe

I ENCONTRO PRÓ-ALFABETIZAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL

cimento e enfrentamento da questão do analfabetismo na localidade.

- Promoção de exposições, debates, encontros para denúncia, estudo e aprofundamento da questão do analfabetismo no DF.
- Inserção dos sindicatos nos debates referentes à alfabetização.
- Pressão junto aos parlamentares nas questões relativas à educação, tendo em vista a Constituinte do DF.
- Utilização dos meios de comunicação para divulgação do problema do analfabetismo e das propostas de solução.
- Formulação de um projeto que envolva toda a sociedade.
- Criação de cursos específicos para preparação de alfabetizadores de jovens e adultos.
- Priorização efetiva e concreta da educação.
- Viabilização das propostas apresentadas no I Encontro Pró-Alfabetização no DF.

Apreciando as propostas finais deste Iº ENCONTRO PRÓ-ALFABETIZAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL, o GTPA/DF as compreende no contexto de um esforço inicial fruto da ação conjunta do governo/sociedade civil, objetivando a erradicação do analfabetismo na capital do Brasil, neste Ano Internacional da Alfabetização.

Identificando a necessidade de aprofundamento e amadurecimento das referidas propostas, o GTPA/DF, reafirmando seu caráter de grupo autônomo e aberto, espera continuar recebendo o apoio dos participantes deste Iº ENCONTRO, assim como novas contribuições na consolidação e implementação de ATOS e FATOS pró-alfabetização do Distrito Federal.

GETA/DF - Telefones para contatos:

UnB - Decanato de Extensão - 272.0194
Faculdade de Educação - 273.5334
Fundação Educar/DF - 273.9090
Fundação Educacional do DF - 274.3762
Sindicato dos Professores do DF - 321.5678

No Distrito Federal as crianças
expulsas da escola ontem
são os jovens e adultos analfabetos hoje!

ESTEJA LIGADO:

28/março - Dia Nacional de Mobilização pela Alfabetização
(iniciativa do GETA - SP)

19, 20 e 21/abril - Congresso Brasileiro de Alfabetização
(promoção da Prefeitura de São Paulo/GETA-SP)

21/abril - Dia Nacional de Mobilização pela Alfabetização
(iniciativa da Comissão Nacional - AIA/90)